



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**SEI nº 08.0816.000243/2025-59**

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto desta licitação a aquisição de Açúcar Refinado em embalagem de 5Kg para atender a demanda da Sede e das Subsedes do Crefito-8, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado BRANCO, de origem vegetal, obtido a partir da cana-de-açúcar, isento de impurezas, sem corantes, sem umidade e sem empedramento visível. Marca de referência: Alto Alegre	463996	Embalagem 5kg	22	R\$ 18,75	R\$ 414,34*

\*Acrescentado valor médio de frete conforme disposto na memória de cálculo anexada ao processo

1.2. O(s) serviço(s) objeto(s) desta contratação são caracterizados como **comum**, pois são definidos neste termo de referência por meio de especificações de qualidade usual e amplamente encontradas no mercado e cujas variações técnicas não influenciam no resultado da aquisição.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da Publicação em Diário Oficial da União, prorrogáveis na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total para aquisição dos itens é de **R\$ 414,34** (quatrocentas e catorze reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima descrita.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de açúcar refinado justifica-se pela necessidade de atender às demandas cotidianas de preparo e consumo de bebidas no ambiente corporativo, especialmente café e chá, amplamente disponibilizados a servidores, colaboradores, visitantes e em eventos institucionais, contribuindo para um ambiente acolhedor e adequado às demandas de atendimento público.

2.2. A escolha por embalagens de 5 kg apresenta-se economicamente mais vantajosa, considerando a relação custo-benefício em comparação a unidades fracionadas



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução proposta consiste na aquisição de Açúcar Refinado em embalagens de 5Kg, a serem disponibilizados na sede do CREFITO-8. A contratação busca assegurar o abastecimento contínuo desse item, fortalecendo o acolhimento institucional dos usuários internos e visitantes.

3.2. Cada produto deverá ter as seguintes características:

- a. **Açúcar** - refinado, branco, de origem vegetal, obtido a partir da cana-de-açúcar, isento de impurezas, sem corantes, sem umidade, sem empedramento visível, em conformidade com os parâmetros do Regulamento Técnico do Açúcar - MAPA/IN n.º 47/2018. As embalagens deverão ser de **5kg**, sem sinais de violação, contendo data de validade, identificação de lote de fabricação, ingredientes e informações do fabricante;

#### **Solicitação de Amostra**

3.3. Antes da assinatura da homologação poderá ser solicitada amostra de açúcar para análise sensorial.

3.4. A exigência de apresentação de amostras dos bens relacionados encontra fundamento no art. 41, da Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa assegurar a compatibilidade dos materiais ofertados com as especificações técnicas e organolépticas exigidas pela Administração.

3.5. Deverá ser enviada uma amostra de açúcar, sem ônus para a Administração, podendo ser em embalagem de 1kg, desde que a marca e linha do produto sejam compatíveis com o Termo de Proposta.

3.6. O exemplar será enviado ao endereço Rua Padre Germano Mayer, 2272 – Hugo Lange. em Curitiba-PR, no prazo limite de 5 dias úteis a/c Departamento de Licitações e Contratos.

3.7. Serão analisados os seguintes aspectos:

- a. Açúcar - cor branca, sem empedramento, se tem alta capacidade de dissolução no líquido, facilidade de mistura e sabor doce;

3.8. Para a análise do açúcar, serão dissolvidas 2 (duas) colheres (chá) em uma xícara de água (aprox. 200ml) em temperatura ambiente. Na degustação será verificada a dissolução no líquido e a doçura da bebida.

3.9. O resultado da análise da amostra será anexado ao processo.

3.10. Caso o produto seja recusado após análise sensorial a empresa deverá enviar outra amostra compatível com as exigências do TR, no prazo de 5 dias úteis.

3.11. Os prazos de envio de amostra ou de reenvio de amostra poderão ser prorrogados uma única vez, pelo mesmo período, por etapa, desde que devidamente justificado. No descumprimento do prazo a empresa será desclassificada conforme determinar o edital.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

### Sustentabilidade

4.1. A presente contratação observa os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme disposto no **artigo 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio orientador das contratações públicas.

4.1.1 - Sustentabilidade Ambiental - A opção pela aquisição do pacote de 5kg de açúcar, visa além da economicidade, a preservação pela redução do uso de embalagem plástica;

4.1.2 - Sustentabilidade Social – Prioridade a fornecedores que adotam boas práticas sociais e trabalhistas

4.1.3 - Sustentabilidade Econômica - A aquisição de pacotes de 5kg de açúcar visa a economia quando adquirida a mesma quantidade em embalagens de 1kg.

### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto, considerando que se trata de aquisição de materiais padronizados, devendo o fornecimento ser realizado diretamente pela empresa contratada, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

### Da garantia

4.3. O prazo de validade mínima dos produtos deverá ser de 6 (seis) meses contados a partir da data da entrega.

4.4. As embalagens deverão ser adequadas para a armazenagem e protegidas contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local de entrega.

4.5. Para recebimento do material será verificado, no ato da entrega dos produtos, as especificações constantes nas embalagens (data de validade), as condições de manuseio, armazenamento e as condições e integridade das embalagens (estado de conservação, lacre, etc);

4.6. A CONTRATADA deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

### Microempresas e empresas de pequeno porte

4.7. Será assegurado o tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento econômico local, incentivar a competitividade e gerar empregos;

4.8. Considerando que há disponibilidade de fornecedores desse porte para o objeto, a contratação buscará priorizar essas empresas, aplicando nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

### Da Proposta



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

4.9. Durante a disputa, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações: marca do produto, identificação do nome produto e da linha comercial (ex: açúcar refinado), descrição da unidade de medida e foto da embalagem.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A solicitação dos itens será requerida mediante envio de Autorização de Fornecimento, ao e-mail cadastrado à época da disputa. Caso haja alteração, o Crefito-8 deverá ser comunicado imediatamente através do e-mail [dlc@crefito8.gov.br](mailto:dlc@crefito8.gov.br), para que não haja ocorrência de atraso de pedidos e outras intercorrências.

5.1.2. Após o recebimento da Autorização de Fornecimento, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a entrega dos materiais no endereço citado.

5.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e notificados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e aceitos por este Regional, não serão considerados como inadimplemento contratual.

#### Local de Entrega

5.3. A entrega do objeto deverá ocorrer de segunda a sexta (dias úteis), entre 9 e 16hrs, no seguinte endereço:

- Sede Curitiba- Rua Padre Germano Mayer, 2272 – Hugo Lange - CEP 80040-170 – Curitiba – PR.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os insumos, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na Autorização de Fornecimento, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. Para recebimento do produto será verificado, no ato da entrega a data de validade, a integridade das embalagens (estado de conservação, lacre, etc) e se condiz com o pactuado na Autorização de Fornecimento.

### 6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

6.1. A Autorização de Fornecimento deverá ser executada de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da utilização da Autorização de Fornecimento, as entregas eventualmente programadas serão readequadas mediante despacho da autoridade competente.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O e-mail de comunicação será o [dlc@crefito8.gov.br](mailto:dlc@crefito8.gov.br).

6.4. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.6. A execução da Autorização de Fornecimento deverá ser acompanhada por funcionário designado do Crefito-8.

### **Fiscalização**

6.7. O funcionário designado acompanhará a execução da Autorização de Fornecimento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O funcionário anotará no Termo de Recebimento Provisório todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o funcionário emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

6.10. O funcionário informará ao Gestor de Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Autorização de Fornecimento na data aprazada, o funcionário comunicará o fato ao Gestor de Contrato.

6.12. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.12.1. Ao receber o material, deverá verificar se o produto recebido está de acordo com o descritivo da Autorização de Fornecimento;

6.12.2. Deverá verificar se a data de validade está conforme o item 4.3. e se as embalagens estão de acordo com o item 4.5;

6.12.3. Ao receber os produtos deverá emitir o Termo de Recebimento Provisório e apontar se há necessidades de correções e/ou substituição do produto;



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.12.4. Após atendimento da Autorização de Fornecimento, em acordo com o Termo de Referência e possíveis correções, deverá emitir o Termo de Recebimento Definitivo.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Fiscalização Administrativa**

6.14. O Fiscal Administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor de Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. O Fiscal Administrativo também fará a consulta ao SICAF antes de disponibilizar para pagamento. Demais certidões estão descritas no item 7.5.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. acompanhar os registros realizados de todas as ocorrências relacionadas à execução da autorização de fornecimento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.2. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.3. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.4. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada com base nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no art. 140, inc. II, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 14.133/2021.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. entrega integral ou parcial dos itens, conforme a solicitação constante na autorização de fornecimento;

7.3.2. conformidade dos produtos com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

7.3.3. apresentação da Nota Fiscal compatível com os itens efetivamente entregues e aprovados;

7.3.4. aprovação no recebimento provisório e definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

7.3.5. ausência de avarias, vencimentos próximos ou embalagens em desacordo com o previsto;

7.3.6. entrega dentro do prazo estabelecido na autorização de fornecimento;

7.3.7. aprovação das amostras, quando exigidas, como condição para a contratação.

### Pagamento

7.4. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada por funcionário designado para acompanhamento da execução da ata, de acordo com Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, e condições dispostas no Art. 8 da Resolução CREFITO-8 nº 131.

7.5. Em cumprimento às obrigações trabalhistas e sociais a CONTRATADA deverá apresentar também, as seguintes documentações:

a) Certidão Negativa da Fazenda Pública Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014;

b) Certidão Negativa de Débitos das Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

c) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.6. Os pagamentos serão realizados em até 10 (dez) dias úteis após a entrega total dos artigos solicitados, com as devidas especificações e, mediante a apresentação completa da documentação prevista nos itens 7.4 e 7.5. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, CNPJ 68.576.800/0001-99. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.7. Constatada qualquer divergência ou irregularidade nas certidões entregues, a CONTRATADA será contatada para as devidas correções, visto que o pagamento está condicionado, à apresentação correta da documentação.

7.8. Em caso de dúvida ou esclarecimentos, o CREFITO-8 poderá solicitar a seguinte documentação:

a) folha de pagamento do mês anterior;

b) GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social do mês anterior.

7.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = encargos monetários;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.10. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses da data limite da apresentação das propostas.

### Reajuste

7.11. Os preços contratados serão reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento estimado, conforme previsto no art. 144 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se como índice de correção monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7.12. Justifica-se a adoção do IPCA por se tratar de índice oficial, amplamente utilizado nas contratações públicas para aquisição de bens de consumo, refletindo de forma geral a variação dos preços na economia, especialmente dos custos associados a insumos, materiais e mercadorias. Por ser um índice de inflação que abrange famílias com renda de 1 a 40 salários-mínimos, o IPCA apresenta aderência adequada à composição de preços dos produtos de limpeza objeto desta contratação.

### INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.13. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.14. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.14.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.14.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.14.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.14.4. Multa:

7.14.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.14.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.14.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.14.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.14.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.14.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

7.14.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.14.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea

7.14.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.14.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.14.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.14.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.14.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.14.12. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.14.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.14.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.14.13.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.14.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.14.13.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.14.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.14.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.14.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.14.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.14.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE RECEBIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. A contratação será realizada por meio de dispensa eletrônica, nos termos do artigo 75, incisos II e III, com o objetivo de assegurar maior eficiência administrativa e economicidade.

8.1.1. A opção pela dispensa decorre em razão do baixo valor da contratação, de R\$ 414,34 (quatrocentas e catorze reais e trinta e quatro centavos). A aquisição parcelada deste valor elevaria custos de frete, reduzindo interesse das empresas fornecedoras, aumentando o risco de insucesso na contratação.

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global do lote único.

### Forma de Fornecimento

8.3. O fornecimento ocorrerá em entrega única, em razão da natureza do bem e da baixa complexidade da contratação.

### Exigências de habilitação



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

8.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, é de **R\$ 414,34** (quatrocentos e catorze reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.**

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado no Gerenciamento de Riscos constante do Contrato.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos pela seguinte dotação: 6.2.2.1.1.01.04.03.001.015 – *Gêneros de Alimentação*.

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

11.2. Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:

- a) Anexo I – Modelo de Relatório de Análise de Amostras;
- b) Anexo II – Modelo Autorização de Fornecimento;
- c) Anexo III - Modelo de Termo de Recebimento Provisório;
- d) Anexo IV – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo;

Curitiba, 27 de maio de 2026.

---

Gisele Carina da Costa  
Supervisora  
NPA

---

Helaine Goya  
Assistente Administrativa  
Delic



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**ANEXO I**

**FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SENSORIAL DE AMOSTRA DE AÇÚCAR**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**DATA:** \_\_\_\_\_

Preparação da amostra: Dissolver 2 (duas) colheres (chá) em uma xícara de água (aprox. 200ml) em temperatura ambiente.

O açúcar dissolveu-se totalmente no líquido?	( ) SIM	( ) NÃO
A doçura é compatível com a quantidade usual de açúcar?	( ) SIM	( ) NÃO
Tem algum sabor ou aroma residual?	( ) SIM	( ) NÃO

Observações:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**ANEXO II**

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

Autorização de Fornecimento vinculada ao Processo SEI nº XXX, conforme nota de disponibilidade orçamentária XXXX.

<b>Entrega para Unidade de XXXX</b> (endereço da entrega)				
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>

<b>Fornecedor: XXXXX</b>		
<b>Endereço: XXXX</b>		
<b>CNPJ/MF: XXXX</b>	<b>Bairro: XXXX</b>	<b>CEP: XXXXX</b>
<b>Município: XXXX</b>	<b>UF: XX</b>	<b>Telefone / Fax: XXXX</b>
<b>Representante Legal: XXXX</b>		
<b>E-mail: XXXXX</b>		
<b>Total da AF</b>		<b>XXXX</b>
<b>ATENÇÃO:</b> 1) Emitir Nota Fiscal em nome de: <b>Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, CNPJ 68.576.800/0001-99</b> , sob pena de aplicação de sanções nos termos do Termo de Referência. 2) Para efeitos de pagamento, apresentar os documentos arrolados no item 7.5 do Termo de Referência. 3) O pagamento será realizado <b>até 10 (dez) dias úteis, de acordo com o item 7.6 do TR</b> , após a entrega e <u>recebimento definitivo</u> do objeto, acompanhado dos documentos exigidos no Edital. 4) Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na execução do contrato estarão sujeitas as sanções previstas. 5) São partes integrantes desta Autorização de Fornecimento, como se transcritos estivessem, o Termo de Referência seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento do certame. 6) O fornecimento dar-se-á a partir da confirmação do recebimento desta autorização, por <i>e-mail</i> , telefonema ou whatsapp. 7) <b>Prazo de Entrega: 10 (dez) dias úteis</b> contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.		

Assinatura do responsável

**ANEXO III**



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**MODELO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

Ao \_\_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e vinte e \_\_\_\_\_, o (a) Fiscal de Contrato, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, procedeu completa vistoria dos itens recebidos, observando a adequação ao Termo de Referência, para efeito de Recebimento Provisório do objeto discriminado a seguir.

**1 – DADOS CONTRATUAIS**

- 1.1 – OBJETO:
- 1.2 – CONTRATADA:
- 1.3 – VALOR:
- 1.4 – PRAZO DE EXECUÇÃO / ENTREGA:

**2 – RECEBIMENTO DO OBJETO**

**2.1 – OBJETO EM CONFORMIDADE**

**2.2 – RESSALVAS**

**3 – CONCLUSÃO E PARECER**

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
*Responsável pelo Recebimento*



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER 2272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**ANEXO IV**

**MODELO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

Ao \_\_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e vinte e \_\_\_\_\_, o (a) fiscal técnico do contrato, \_\_\_\_\_, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, procedeu completa vistoria dos itens recebidos, observando a adequação ao Termo de Referência, para efeito de Recebimento Definitivo do objeto discriminado a seguir.

**1 – DADOS CONTRATUAIS**

1.1 – **OBJETO:**

1.2 – **CONTRATADA:**

1.3 – **VALOR:** R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), nota fiscal nº \_\_\_\_\_.

1.4 – **PRAZO DE EXECUÇÃO / ENTREGA:**

DESCRIÇÃO	CONDIÇÃO

**2 – CONCLUSÃO E PARECER**

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
*Responsável pelo Recebimento*